



Comissão deve votar prisão em 2ª instância na próxima semana

Votação prevista para ontem foi adiada para a próxima semana após concessão de vista coletiva por Simone Tebet e pedido de realização de debate de Humberto Costa.

Pedro França/Agência Senado



Projeto foi incluído na pauta de ontem da Comissão de Constituição e Justiça pela presidente do colegiado, Simone Tebet, ao lado de Jorginho Mello

A votação na Comissão de Constituição e Justiça da proposta que possibilita a prisão após condenação em segunda instância ficou para a quarta-feira. O projeto foi incluído na pauta de ontem pela presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Simone Tebet. Mas ela acabou concedendo vista coletiva da proposta e atendeu pedido de Humberto Costa para que fosse realizada audiência pública sobre o tema. A reunião será realizada na terça-feira, às 10h. Entre os convidados, estão o ministro da Justiça, Sergio Moro, e o ministro do Tribunal Superior do Trabalho Ives Gandra Martins. O texto altera o Código de Processo Penal em vez de mudar a Constituição, o que exigiria mais votos para ser aprovado. **3**

Avós de bebês sem registro de pai podem ter licença 3

Empossado Luiz Pastore, na vaga de Rose, em licença 2

Comissão aprova fim da eliminação de cães e gatos 8

Representante de municípios critica PEC do Pacto 2

Avança dedução do IR de gastos com remédios 6

Conversão de pena de prisão de mães é aprovada

Grávidas e mães de crianças de até 6 anos que não tenham sido condenadas a mais de oito anos podem ter a pena substituída por restrição de direitos. **4**

Banco Central quer mutirão para reduzir dívidas

O Banco Central deve anunciar um mutirão das agências bancárias para renegociar dívidas dos brasileiros, informou ontem o presidente do BC, Roberto Campos Neto. **4**

Davi busca hoje com líderes acordo para vetos

Após encerrar a sessão de ontem do Congresso por falta de consenso, o presidente do Senado anunciou que se reunirá hoje, às 9h, com líderes para fechar um acordo que permita a análise de vetos presidenciais e a votação de projetos de crédito e do Orçamento da União para 2020.

Uma nova sessão conjunta foi marcada para terça-feira.

Davi fez um apelo para que senadores e deputados acelerem a votação dos vetos, já que a Lei Orçamentária deve ser votada até 17 de dezembro. **5**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Davi marcou nova sessão conjunta do Congresso para terça-feira, às 14h

Política ambiental do país é criticada em audiência

O aumento do desmatamento e a falta de punição aos infratores são marcas da atual legislação ambiental, segundo debate na Comissão sobre Mudanças Climáticas. **7**

Dia da Consciência Negra teve debate sobre mulheres

A exploração sexual, a falta de proteção social e a opressão feminina por práticas machistas foram denunciadas por convidadas de audiência. **5**

Senado mais digital. A boa informação mais perto de você.

PODCASTS DA RÁDIO SENADO

A Rádio Senado disponibiliza oito de seus programas em formato podcast para você ouvir quando quiser, onde estiver.

Disponíveis em Apple Podcasts, Castbox, Google Podcasts, Podcast Addict e Spotify.



SENADO DIGITAL

Dirigente critica PEC que extingue cidades pequenas

Em encontro com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre ontem, o presidente da Confederação Nacional de Municípios, Glademir Aroldi, destacou a importância da permanência das prefeituras

O PRESIDENTE DA Confederação Nacional de Municípios (CNM), Glademir Aroldi, esteve ontem com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, para defender a manutenção dos municípios que correm o risco de serem extintos se for aprovada sem mudanças a Proposta de Emenda à Constituição do Pacto Federativo (PEC 188/2019). A PEC, encaminhada ao Senado pelo presidente Jair Bolsonaro, prevê a extinção de municípios com população de até 5 mil habitantes que não comprovem até junho de 2023 sua sustentabilidade financeira.

Aroldi enfatizou a importância dos municípios que a proposta quer extinguir. Ele destacou que vai buscar uma solução viável para que os municípios não deixem de existir.

— São 1.252 municípios com população abaixo de 5 mil habitantes e, pelos critérios estabelecidos, que nós entendemos que estão equivocados, esses municípios não têm arrecadação própria de 10%. Mostramos que não é só de ITBI, IPTU e ISS que vive o município, não são só essas arrecadações que são arrecadações próprias. O ICMS,



Aroldi (3º à esq.) apresenta as demandas dos municípios a Davi (2º à dir.)

o Imposto de Renda e o IPI também são uma arrecadação própria do município, isso está estabelecido na Constituição.

Wellington Fagundes (PL-MT) enfatizou que o pacto federativo precisa fazer cumprir a Constituição quando diz que 22% de tudo que se arrecada no Brasil deveria ir para o município.

— Na hora que você coloca toda a arrecadação do município na mesma cesta, a realidade é outra. Não mais do que 2% teriam essa arrecadação pequena como se coloca.

Rogério Carvalho (PT-SE) apresentou emenda para retirada do dispositivo que prevê a extinção de municípios caso não comprovem a sustentabilidade financeira até 2023. Ele

destacou que a extinção de municípios é uma afronta à Constituição e que a presença da municipalidade é importante para manter os serviços básicos fundamentais.

O relator da PEC do Pacto Federativo na CCJ, Marcio Bittar (MDB-AC), sugere a realização de um plebiscito para autorizar a extinção de municípios pequenos com insuficiência orçamentária. Senador por Goiás, que pode ter um terço dos municípios extintos, Luiz do Carmo (MDB) iniciou uma campanha contra a proposta. Por iniciativa do senador, haverá na sexta-feira, em Goiânia, o primeiro debate de um ciclo sobre o Plano Mais Brasil. A audiência será às 9h, na OAB-GO.

Luiz Pastore toma posse no Senado na vaga de Rose

Tomou posse ontem o senador Luiz Pastore (MDB-ES). Ele assume a vaga da senadora Rose de Freitas (Podemos-ES), da qual é primeiro suplente. A senadora se licencia do cargo pelo período de quatro meses para tratamento médico.

Pastore é filiado ao MDB de Vila Velha, no Espírito Santo, desde 1986. Ele é empresário do setor de importação e transformação de cobre e alumínio, já foi suplente do ex-senador Gerson Camata (1941-2018) e chegou a assumir mandato no Senado entre 2002 e 2003.

Ele destacou o “protagonismo reformista” do Parlamento,



Pastore elogiou reformas e disse que é preciso gerar empregos

que aprovou a reforma da Previdência. Para ele, é preciso ir além e fazer uma reforma tributária para gerar empregos.

— Nunca é demais lembrar que o Estado não gera riqueza. Quem gera a riqueza são os empreendedores e eles devem ser lembrados sempre.

Licença

Ao anunciar a licença, na última semana, Rose explicou que há dois anos enfrenta dificuldades de locomoção. Após uma sequência de exames, descobriu ter uma infecção por riquetsia, bactéria que pode ser transmitida por carrapato. Ela lamentou o baixo investimento em pesquisa científica, razão pela qual há poucos infectologistas no Brasil.

Nova lei cria empresa pública de navegação aérea

Já está em vigor a lei que autoriza a criação da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. A estatal deve assumir as responsabilidades relacionadas ao controle do espaço aéreo do país, que estavam a cargo da Infraero. A Lei 13.903 foi publicada no *Diário Oficial da União* de ontem.

Vinculada ao Ministério da Defesa, por meio do Comando da Aeronáutica, a NAV Brasil

será uma empresa pública sob forma de sociedade anônima, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio. De acordo com a nova lei, a empresa terá por objetivo implementar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeronáutica destinada à prestação de serviços de navegação aérea.

A legislação estabelece que,

com a cisão parcial da Infraero, serão transferidos para a NAV Brasil os empregados que atuam em serviços de navegação aérea, assim como os acervos técnico, bibliográfico e documental relacionados à área.

O texto sancionado altera a lei que institui o direito de greve (Lei 7.783, de 1989) para prever a inclusão dos serviços de navegação aérea entre os considerados essenciais.

Governo amplia prazo e muda regras do Plano de Mobilidade

Está publicada no *Diário Oficial da União* (DOU) de ontem uma medida provisória que muda regras e prazos referentes ao Plano de Mobilidade Urbana, lançado pela Lei 12.587, de 2012. A MP 906/2019 estabelece que os municípios obrigados a elaborar o plano deverão fazê-lo e aprová-lo até 12 de abril de 2021. O prazo anterior terminava em abril de 2019.

Com a nova MP, municípios com mais de 20 mil habitantes e todos aqueles que integram regiões metropolitanas, regiões integradas de desenvolvimento econômico e aglomerações urbanas com população total superior a 1 milhão de habitantes deverão

elaborar e aprovar um Plano de Mobilidade Urbana integrado, compatível com os seus planos diretores e, quando couber, com os planos de desenvolvimento urbano integrado e com os planos metropolitanos de transporte e mobilidade urbana.

Os municípios que não tiverem aprovado seus planos até o prazo final ficarão impedidos de receber recursos orçamentários federais destinados à mobilidade urbana.

Esta é a segunda mudança no prazo. A lei original previa como limite abril de 2015. A Medida Provisória 818/2018, publicada em janeiro de 2018, já havia alterado esse limite para abril de 2019.

Liberados R\$ 178 mi em créditos e turismo recebe maior parte

O presidente Jair Bolsonaro sancionou ontem a Lei 13.904, que abre mais de R\$ 178 milhões em créditos suplementares para órgãos governamentais no Orçamento da União de 2019. A pasta mais contemplada é o Ministério do Turismo, que poderá contar com cerca de R\$ 80 milhões a mais para investir no incremento da in-

fraestrutura turística do país.

O Programa Bolsa Atleta, gerido hoje pelo Ministério da Cidadania, receberá um aporte extra de R\$ 49 milhões para honrar compromissos ainda este ano. O Comando da Aeronáutica também é contemplado com cerca de R\$ 28 milhões a mais para investimentos na aquisição de novas aeronaves.

Kajuru tem quadro de saúde estável, informa boletim médico

Jorge Kajuru (Cidadania-GO) continua internado no Hospital Sírio-Libanês, em Brasília, depois de passar mal na sessão plenária de terça-feira. De acordo com o boletim médico divulgado ontem, ele foi submetido a avaliação

nerológica e segue estável, em observação clínica. Não há previsão de alta.

O boletim informa ainda que o senador é assistido pela equipe de neurologia e neurocirurgia, liderada por Mauro Takao Suzuki.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



- CDH Financiamento habitacional**
9h Entre 46 itens, o PL 2.902/2019, que prioriza a mulher na contratação de financiamento habitacional.
- CAS Primeiro emprego**
9h30 Debate sobre o PL 5.228/2019, que institui a nova lei do primeiro emprego.
- SUBCOMISSÃO DO ESPORTE Debate**
9h30 Audiência para discutir o PLS 383/2017, que regulamenta a prática esportiva eletrônica
- CRE Previdência dos militares**
10h Debate sobre Monumento Votivo Militar Brasileiro, em Pistoia, na Itália. Depois, audiência sobre previdência militar.

- SESSÃO ESPECIAL Irmã Dulce**
10h Celebração da canonização de Irmã Dulce pelo papa Francisco, ocorrida no Vaticano em 13 de outubro.
- BRASIL-ARÁBIA SAUDITA Instalação**
11h30 Instalação e eleição da Comissão Executiva do grupo parlamentar com os árabes.
- SESSÃO ESPECIAL Fortalezas de SC**
14h Comemoração dos 40 anos de gestão da Universidade Federal de Santa Catarina nas Fortalezas de São José da Ponta Grossa, Santo Antônio de Ratonas e Santa Cruz de Anhatomirim, de defesa da Ilha de Santa Catarina.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

Pedro Franco/Agência Senado



Pedido de vista coletiva dos integrantes do colegiado adiou votação de mudança no Código de Processo Penal

Comissão discute e vota 2ª instância na próxima semana

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, está entre os convidados de audiência terça-feira na Comissão de Constituição e Justiça. Proposta deve ser votada pelos senadores no dia seguinte

A VOTAÇÃO NA Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da proposta que possibilita a prisão após condenação em segunda instância ficou para a próxima semana. O PLS 166/2018 foi incluído na pauta ontem pela presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), mas pedido de vista adiou a análise.

Na terça-feira, às 10h, haverá uma audiência pública requerida pelo líder do PT, Humberto Costa (PE). Entre os convidados, estão o ministro da Justiça, Sergio Moro, e o ministro do Tribunal Superior do Trabalho Ives Gandra Martins. De acordo com Humberto, a proposta foi apresentada para tentar levar o ex-presidente Lula de volta à prisão, mas pode afetar os direitos de todos. Ele ressaltou que o Supremo Tribunal Federal (STF) foi claro ao afirmar que a prisão em segunda instância é inconstitucional.

Segundo Simone, a proposta foi pautada ontem após entendimento entre os senadores para que fosse priorizado o projeto, que tem a tramitação mais simples que a de uma proposta de emenda à Constituição, e pode ser aprovado no Plenário apenas com maioria simples, enquanto uma PEC exigiria o apoio de pelo menos 49 dos 81 senadores.

Acordo

O acordo incluiu a retirada da PEC 5/2019, de Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), que abriu mão temporariamente da proposta pela celeridade. Segundo ele, a PEC não foi apresentada para atingir qualquer político especifica-

mente. Ele afirmou que, caso o Supremo considere o projeto inconstitucional, voltará a batalhar pela aprovação de sua proposta.

— Essa PEC não foi uma resposta ao desafio que o STF fez a este Congresso para que corrigíssemos a nossa legislação depois que, pela quarta vez, mudou de opinião. Essa PEC é anterior a esse debate. Não havia nenhuma figura política relevante que tinha saído da cadeia na época em que apresentei a proposta.

A discussão do assunto na CCJ ganhou força depois da decisão do STF, que, por 6 votos a 5, consagrou o princípio de que a pena de prisão só pode ser executada após o trânsito em julgado da sentença. O Muda Senado, Muda Brasil, grupo que reúne vários senadores, entregou uma carta de apoio à manutenção da prisão de condenados em segunda instância ao presidente do Supremo, ministro Dias Toffoli, antes do julgamento.

Para Cid Gomes (PDT-CE), a mudança é inconstitucional, atende a um “misto de vaidade, ambição e oportunismo” de Sergio Moro e parece ter o objetivo de atingir o ex-presidente Lula.

Membro do Muda Senado, Major Olimpio (PSL-SP) rebateu e argumentou que a proposta atende a um clamor popular, e não a “robosinhos da internet” ou qualquer tentativa de prender Lula.

— Não é robosinho que está dizendo, não. A PEC do Oriovisto é anterior. Não é porque o maior criminoso do Brasil, Lula, está solto ou não.

Não tem nada a ver uma coisa com a outra — disse.

Alessandro Vieira (Cidadania-SE) considera que não há restrição constitucional ao projeto relatado por Juíza Selma (Podemos-MT) e lamentou as manifestações de Cid.

Para o líder do MDB, Eduardo Braga (AM), todos querem o fim da impunidade, mas não é aceitável que isso seja feito por quebra de cláusulas pétreas como a presunção de inocência.

O projeto

O texto do PLS 166/2018 altera o Código de Processo Penal (CPP) para determinar que “ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente em decorrência de condenação criminal por órgão colegiado ou em virtude de prisão temporária ou preventiva”.

Atualmente o artigo 283 do CPP prevê que a prisão só poderá ocorrer “em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado” ou, durante a investigação ou processo, de forma cautelar — temporária ou preventiva. A proposta foi apresentada por Lasier Martins (Podemos-RS), mas recebeu nova redação da relatora, que apresentou um substitutivo.

O projeto também altera a redação de outros trechos do CPP para permitir que o tribunal determine execução provisória de penas privativas de liberdade sem prejuízo dos recursos que venham a ser apresentados.

até a metade da sentença final.

A CDH também pode votar o projeto de Ciro Nogueira (PP-PI) que cria uma cota mínima de 10% para mulheres vítimas de violência doméstica em todos os programas habitacionais públicos.

Estupro e assassinato de menor podem ter pena maior

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) pode votar hoje o relatório de Marcos Rogério (DEM-RO) à proposta que aumenta as penas para assassinato ou estupro contra menores de 18 anos.

Resultado da CPI dos Maus-

-Tratos, o PLS 503/2018 altera o Código Penal (Decreto-Lei 2.848, de 1940) em dois artigos. Hoje a pena é de 6 até 20 anos de prisão. O texto prevê que, em caso de crime contra criança ou adolescente, a pena seja aumentada entre um terço

Avós de bebê sem pai registrado poderão ter licença de cinco dias

Avós maternos terão direito a se afastar do trabalho por cinco dias para dar assistência a neto recém-nascido sem pai declarado na certidão de nascimento. O benefício poderá ser inserido na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT — Decreto-Lei 5.452, de 1943) pelo Projeto de Lei da Câmara (PLC) 57/2018 aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O texto segue para a análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A intenção é garantir o amparo à mãe da criança na ausência do pai. A licença será concedida ao avô ou à avó materna por cinco dias consecutivos, contados do dia seguinte ao do parto, para acompanhar a filha. O afastamento do trabalho ocorrerá sem desconto no salário, já que funcionará como uma substituição à licença-paternidade nos casos em que o pai da criança não tiver seu nome registrado na certidão.

Doação de leite

Além dessa garantia de amparo pelos avós maternos, o PLC 57/2018 assegura um dia de folga por mês às doadoras de leite materno. O ato das doadoras, a ser exercido durante a licença-maternidade, deverá ser comprovado por declaração de banco de leite.

O projeto também possibilita que esses dias de folga sejam usufruídos cumulativamente ao final da licença-maternidade. Para as trabalhadoras regidas pela CLT, a licença-maternidade tem duração de quatro meses, podendo chegar a seis meses se o empregador for participante do Programa Empresa Cidadã (Lei 11.770, de 2008). Assim, a mãe poderá se afastar do trabalho por mais quatro ou seis dias ao final da licença se doar leite materno.

Ao recomendar a aprovação do PLC 57/2018, o relator na CAS, Zequinha Marinho (PSC-PA), reconheceu que essas propostas “trazem a preocupação de contribuir para a proteção das crianças recém-nascidas”.



Marcos Oliveira/Agência Senado — 12/11/2019

Para o relator, Zequinha, texto aumenta proteção de bebês

Frente pela transparência dos gastos é lançada no Senado

Foi lançada ontem no Plenário a Frente Parlamentar de Transparência dos Gastos Públicos. O objetivo do grupo é propor medidas contra a ineficiência na gestão e a corrupção arraigada no Estado.

A presidente da frente, Soraya Thronicke (PSL-MS), ressaltou que o Senado tem uma estrutura precária e quase inexistente nessa área de controle.

— O Brasil tem mais de 600 empresas estatais que dão um prejuízo de R\$ 20 bilhões anuais. Essas empresas precisam prestar conta dos seus orçamentos, das suas estratégias e decisões — disse.

Para Marcos do Val (Podemos-ES), a frente é essencial no momento em que decisões do Legislativo e do Judiciário têm comprometido a segurança jurídica do país. O senador disse que o Brasil pode não ser convidado para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

Econômico (OCDE) por esse motivo.

— Com a Lei de Abuso de Autoridade [Lei 13.869, de 2019] e com o fim da prisão em segunda instância, o Brasil continuará prendendo só aqueles pequenos criminosos, e os grandes, que saqueiam nosso país, continuam a ficar impunes. Por isso, é muito difícil que a gente fique entre os países indicados ao grupo da OCDE — disse o senador.

A tecnologia da informação é o caminho para o sucesso a frente, disseram Arolde de Oliveira (PSD-RJ) e Eduardo Girão (Podemos-CE).

— Não podemos deixar de impor que os sistemas de tecnologia da informação usados pelo governo sejam cada vez mais integrados. Hoje nós temos um controle muito diversificado, atomizado [...] que não permite uma percepção mais clara do que está acontecendo — analisou Arolde.

Avança troca de prisão por outras penas para grávidas

Mães de crianças de até 6 anos também poderão ser beneficiadas pelo texto aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça, desde que não tenham sido condenadas a mais de oito anos

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem a substituição de penas privativas de liberdade por penas restritivas de direito para condenadas grávidas ou com filho de até 6 anos na data da sentença. A proposta está no substitutivo de Rose de Freitas (Podemos-ES) ao PLS 669/2015, de Telmário Mota (Pros-RR).

O projeto inicial previa que a pena alternativa poderia ser aplicada independentemente da condenação, com contagem a partir da data do crime. No entanto, a relatora estabeleceu que, para isso, a ré não poderá ter sido condenada a mais de oito anos de prisão e deverá estar grávida na data da sentença. Segundo Rose, sem essa delimitação, mulheres condenadas a 12 anos de reclusão por crime de corrupção, por exemplo, poderiam ser beneficiadas, mesmo não estando mais grávidas ou com filho de até 6 anos de idade.

Rose manteve a determinação de que o benefício será concedido apenas para situações em que o crime não tenha sido praticado mediante violência ou grave ameaça, o que já é previsto no Código Penal (Decreto-Lei 2.848, de 1940) no caso de substituição de pena inferior a quatro anos.



Rose de Freitas apresentou um substitutivo ao projeto de Telmário Mota

Mas retirou a exigência de que a conduta da presa não seja considerada crime hediondo ou equiparado para que ela tenha direito ao benefício.

A senadora justifica que essa condição poderia tornar ineficaz a medida prevista no projeto. Isso porque, conforme o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias — Infopen Mulheres, de 2018, 62% das mulheres estão presas por tráfico de drogas, crime equiparado a hediondo.

“Caso seja mantida a referida exigência, o número de mulheres que poderão se valer do benefício será ínfimo, o que por certo não era a intenção do autor da proposição”, afirma no relatório.

Atualmente, pelo artigo 44 do Código Penal, as penas

restritivas de direitos substituem as de prisão, quando, por exemplo, a de prisão não é superior a quatro anos ou o réu não for reincidente em crime doloso.

Segundo Telmário, apesar de já haver benefícios aplicáveis às condenadas com filhos pequenos, “é importante garantir que o convívio entre a mãe e a criança, desde a gestação, ocorra longe do ambiente carcerário, sempre que possível”.

Como recebeu mudanças importantes que resultaram em um substitutivo, o PLS 669/2015, que tem decisão final na comissão, terá de ser votado em segundo turno na própria CCJ, antes de ser remetido à Câmara. Caso haja recurso, o projeto será votado antes no Plenário do Senado.

Mudanças da Câmara no BPC são rejeitadas em comissão

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) rejeitou ontem substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 55/1996, que muda as regras de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC). A senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP), cujo relatório foi lido por Flávio Arns (Rede-PR), pediu a rejeição. De acordo com Mara, as mudanças prejudicam idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade financeira. Isso ficou patente, na sua avaliação, na troca do valor de referência do BPC, o salário mínimo, pelo

menor benefício pago pela Previdência — definido por decreto presidencial — e na extinção da menção de que o BPC é direito dos beneficiários incapazes de prover sua subsistência.

Apesar de recomendar a rejeição do SCD 6/2018, Mara sugeriu a remessa do projeto à Comissão Diretora do Senado com o objetivo de promover a harmonização da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas — Lei 8.742, de 1993) com a terminologia “pessoa com deficiência” definida pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146, de 2015).

Vão ao Plenário regras para marinho de esporte e lazer

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto que regulamenta a profissão de marinho de esporte e recreio para fins particulares e não comerciais. O PLC 25/2018 recebeu voto favorável da relatora, Leila Barros (PSB-DF), e será enviado ao Plenário.

Representantes desses profissionais reivindicam normas mais claras sobre o uso de embarcações privadas e não comerciais como instrumentos de trabalho. Hoje os marinheiros de esporte e lazer que trabalham em lanchas particulares, por exemplo, são registrados como

empregados domésticos. Para exercer a profissão, o marinho deverá trabalhar em embarcações nas águas abrangidas pela habilitação para a qual foi certificado.

A identificação correta desses profissionais deve dar segurança à expansão do mercado náutico (marinas, iates clubes, garagens náuticas), que gerou, em 2012, 7 mil empregos diretos e 5 mil temporários, de acordo com a indústria náutica. A proposta também garante seguro obrigatório aos profissionais — a ser custeado pelo empregador — para cobertura de riscos.

Colegiado aprova redução do IR para taxistas por cinco anos

Motoristas de táxi estão mais perto de receber redução do Imposto de Renda pelos próximos cinco anos. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem o PLS 462/2017 com a mudança. A proposta, de Roberto Rocha (PSDB-MA), recebeu parecer favorável do relator, Mecias de Jesus (Republicanos-RR), e segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Nos próximos cinco anos o IR incidiria sobre 20% da renda bruta do transporte via táxi, e não sobre os 60% atuais. O projeto visa compensar o impacto causado no segmento pela legalização dos aplicativos de transporte individual de passageiros, como Uber, Cabify e 99Pop.

“Os taxistas terão a oportunidade de se adequarem à nova realidade de forma competitiva com os sistemas modernos de transporte individual de passageiro. A mudança é relevante e vai estimular

esses profissionais a adquirir veículos mais novos, o que vai ao encontro dos esforços para a melhoria do nosso transporte público”, observa o autor na justificativa do projeto.

Mecias citou estudo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica sobre o impacto da entrada do Uber no mercado entre 2014 e 2016 que mostraram uma redução, em média, de 56,8% no número de corridas de táxi.

“Estima-se em 600 mil o número de taxistas no Brasil. Com a entrada do transporte remunerado privado individual de passageiros, não há dúvida que a categoria necessita, num primeiro momento, de alguma compensação financeira.

O autor estima que, se o benefício for aprovado em 2019, resultará em renúncia de receitas no valor de R\$ 70,7 milhões. Se for aprovado em 2020, a renúncia alcançará R\$ 73,8 milhões.

BC fará mutirão para reduzir dívidas do brasileiro

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse que ainda nesta semana será anunciado um mutirão para reduzir as dívidas dos brasileiros com instituições financeiras.

— Os bancos abrirão as agências além do expediente para fazer uma renegociação de dívida antes do Natal e do Ano Novo. Isso estará atrelado a um conteúdo de educação financeira e será uma oportunidade para que as pessoas entendam um

pouco por que se endividaram — afirmou em uma audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Segundo Campos Neto, o estímulo à educação financeira é atualmente uma das prioridades do banco e o mutirão integra essa estratégia — que inclui um programa-piloto ainda em teste, em Minas Gerais, e iniciativas para jovens nas escolas.

— Quem tem mais educação financeira tem menor inadimplência — declarou.

Conforme estudo do BC, as pessoas de renda baixa e de menor escolaridade são as que mais usam o cheque especial, que tem juros altos, e, em razão disso, podem se endividar mais facilmente. Mudanças nas regras do cheque especial também estão em estudo, acrescentou Campos Neto.

Em setembro, de acordo com dados do banco, a inadimplência das pessoas físicas atingiu 5%, considerados os atrasos acima de 90 dias no crédito livre, em que os bancos têm autonomia para definir quanto emprestar. Para as pessoas físicas, a taxa média de juros no crédito livre estava em 51,3% ao ano.

Campos Neto comentou ainda o atual cenário econômico, com o dólar a mais de R\$ 4 e afirmou que a oscilação do câmbio não compromete a percepção de risco do país, não causa queda na Bolsa de Valores nem aumento da inflação.

Da Agência Câmara



Campos Neto: inadimplência de pessoas físicas foi de 5% em setembro

Davi buscará acordo para análise de vetos

Presidente do Senado se reúne hoje com líderes para debater a pauta do Congresso e a votação do Orçamento de 2020. Ontem, sessão foi encerrada por falta de consenso

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, informou que buscará um acordo de lideranças partidárias para a apreciação dos vetos que constam na pauta do Congresso e para a votação da Lei Orçamentária Anual (LOA). A afirmação foi feita ontem à noite, depois que ele encerrou a sessão do Congresso, diante da falta de acordo para a análise de vetos.

Davi admitiu que a mudança na forma de votação, com cédula e depois no painel, pode ter causado desconforto em alguns parlamentares, que não teriam entendido sua proposta. Ele registrou, porém, que muitos líderes já compreenderam a nova forma de votação.

Uma reunião de líderes foi convocada para hoje, às 9h, e uma nova sessão do Congresso, para terça-feira, às 14h.

— A reunião de amanhã [hoje] será para tentar explicar e buscar um consenso sobre esse método, e vamos votar na terça-feira. Só temos três semanas para trabalhar. Acho que temos de acelerar a votação dos vetos e deixar a votação do Orçamento para o dia 17 — declarou, referindo-se ao prazo para votação da lei orçamentária de 2020.

A sugestão de suspender a sessão de ontem para a busca de um acordo partiu do líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO).

— Acordo parlamentar de

Plenário precisa ser cumprido na letra, na palavra e na ação. Por isso, peço compreensão dos líderes, para não pôr em risco a palavra dos que constroem acordo, por consequência da falta de diálogo — afirmou.

A proposta de reunião para um entendimento foi apresentada pelo líder da Rede, senador Randolfe Rodrigues (AP). Já o líder do PT na Câmara, deputado Carlos Zarattini (SP), concordou e disse ser necessário “garantir a vontade da maioria”. Já a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) pediu um prazo curto para a retomada das votações.

Vetos

Na pauta do Congresso estão cinco vetos do presidente da República, Jair Bolsonaro, a proposições aprovadas pelo Legislativo, além de um item extrapauta, o veto ao

dispositivo que autorizava a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) a dar continuidade a atos administrativos de repasses celebrados até 2018.

Dos cinco vetos inicialmente previstos na sessão conjunta, quatro são totais, entre eles o veto ao PLC 60/2007, que garantia atendimento de alunos das escolas públicas de educação básica por

profissionais de psicologia e serviço social.

Em outro veto integral, foi tornado sem efeito o PLC 61/2017, que obrigava profissionais de saúde a registrar no prontuário médico e comunicar à polícia indícios de violência contra a mulher.

Também está prevista a análise de 24 projetos que abrem crédito no valor to-

tal de R\$ 22,8 bilhões. O de maior valor (PLN 50/2019) destina R\$ 5,8 bilhões para os Ministérios da Infraestrutura e do Desenvolvimento Regional, além de assegurar transferências para estados, Distrito Federal e municípios. O dinheiro será usado, por exemplo, para a adequação de um trecho da BR-343 entre Teresina e Parnaíba (PI).



Davi Alcolumbre (C) encerrou a sessão por sugestão do líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes

Dez projetos de créditos suplementares e especiais vão a Plenário

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem dez propostas de crédito adicional que remanejam mais de R\$ 1,285 bilhão do Orçamento deste ano. A maior parte dos recursos é proveniente do cancelamento de outras despesas.

São quatro propostas de crédito suplementar e seis

de crédito especial. Por acordo entre os líderes partidários, foi adiada a análise de cinco itens que estavam na pauta da comissão.

Entre os textos aprovados, está o PLN 33/2019, que destina crédito suplementar de R\$ 561,6 milhões aos Ministérios da Educação (46% do total) e do Meio Ambiente e recursos para

o Fundo Nacional Sobre Mudança do Clima (35%).

O relator, deputado Lucio Mosquini (MDB-RO), acatou duas emendas da senadora Rose de Freitas (Podemos-ES), que ampliam recursos para a cultura e a segurança pública no Espírito Santo.

Já o PLN 47/2019 destina crédito suplementar de R\$

470,5 milhões aos Ministérios da Defesa (78%) e da Economia (22%). O relator, deputado João Carlos Baccelar (PL-BA), recomendou a aprovação do texto. Não foram apresentadas emendas pelos parlamentares.

As dez propostas aprovadas pela CMO seguirão para votação em sessão conjunta do Congresso Nacional.



Autora de pesquisa sobre a violência intrafamiliar, Priscilla Maia de Andrade, da UnB, fala em audiência pública

Comissão debate racismo e opressão à mulher

As diversas formas de violência contra as mulheres, especialmente as negras, ainda são uma realidade que precisa ser modificada no Brasil. A opinião foi evidenciada ontem em debate promovido pela Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher (CMCVM). A exploração sexual, a falta de proteção social e a opressão feminina por práticas machistas foram algumas das expressões da violência abordadas nas discussões.

A presidente da comissão, senadora Zenaide Maia (Pros-RN), disse que o tema é atual e merece ser destacado especialmente ontem, dia em que

se celebrou o Dia Nacional da Consciência Negra. Ao pedir que as mulheres se unam para mudar o quadro, Zenaide aconselhou, por exemplo, que elas busquem independência financeira.

— Nós, mulheres, precisamos acordar, discutir orçamento, tributação, adquirir conhecimento, o que nunca poderá ser tirado de nós.

Professora da Universidade Federal do Amazonas, Milena Fernandes Barroso disse que as políticas para as mulheres têm sofrido retrocessos, enquanto Priscilla Maia de Andrade, professora da Universidade de Brasília (UnB) chamou a

atenção para o fato de que, de toda a família, as mulheres são sempre as mais vitimadas, até mesmo quando comparadas às crianças.

Maria Elaene Rodrigues Alves, também da UnB, ressaltou que medidas de combate à violência requerem recursos e devem envolver campanhas, ações sociais, denúncias e gestão junto aos parlamentares.

A CMCVM também aprovou requerimento de Zenaide sobre parceria da comissão com o jornal *Correio Braziliense* para desenvolvimento de ações de promoção de equidade e participação no Colóquio sobre Violência de Gênero e Mídias.

Lei do Primeiro Emprego será discutida hoje em audiência

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promove hoje audiência pública para debater o projeto da Lei do Primeiro Emprego (PL 5.228/2019), do senador Irajá (PSD-TO). A proposta beneficia alunos entre 16 e 24 anos que cursem ensino superior ou estejam matriculados em escolas técnicas profissionalizantes, desde que não tenham emprego anterior registrado em carteira.

A proposta tramita na CAS em decisão terminativa e aguarda parecer do relator, senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ).

Autores do requerimento para a reunião, os senadores Eduardo Girão (Podemos-CE), Mara Gabrilli (PSDB-SP) e Chico Rodrigues (DEM-RR) afirmam no pedido que a proposta afeta questões sensíveis relativas à inserção social e profissional dos jovens e que, por

esse motivo, desejam mais esclarecimentos.

Girão questiona ainda a possibilidade de precarização nas relações trabalhistas no primeiro emprego e a retirada das entidades sem fins lucrativos como instituições formadoras.

Foram convidados para o debate representantes de órgãos do Judiciário, do Ministério Público do Trabalho, dos Ministérios da Cidadania e da Economia, da Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes, dos Serviços Nacionais de Aprendizagem Industrial (Senai) e Comercial (Senac), da Organização das Nações Unidas (ONU), dos Auditores Fiscais do Trabalho, da Associação Brasileira de Estágios e de outros especialistas na área.

A audiência está marcada para começar às 9h30.

Colegiado aprova dedução de gasto com remédio no IR

Medicamento controlado comprado com receita poderá ser abatido do Imposto de Renda, de acordo com proposta votada hoje na Comissão de Assuntos Sociais e que segue para análise de outro colegiado

MEDICAMENTOS CONTROLADOS PODERÃO passar a ser descontados da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem o Projeto de Lei do Senado (PLS) 12/2011 que altera a legislação do tributo (Lei 9.250, de 1995) com esse objetivo. A proposta recebeu parecer favorável do relator, Irajá (PSD-TO), e segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Flávio Arns (Rede-PR) leu o relatório na reunião.

O PLS 12/2011 foi apresentado por Ciro Nogueira (PP-PI) e inova ao inserir os medicamentos controlados na lista das deduções possíveis do IRPF.

“O abatimento, na declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física, das despesas com medicação, desde que



O relator, Irajá, deu parecer favorável à proposta de Ciro Nogueira

efetuada pessoalmente mediante prescrição médica, e por isso indispensável, não é apenas uma questão de justiça social, mas também econômica”, sustentou Ciro na justificativa do projeto.

O relator também reconhece o forte impacto dos gastos com medicamentos sobre os orçamentos familiares. E chama a atenção para a “incoerência” da legislação tributária ao



permitir o desconto de determinadas despesas com saúde, excluindo outras.

“De fato, como o gasto com medicamentos é o principal componente das despesas com saúde das famílias brasileiras, deveria ser passível de dedução, como já o são os dispêndios com assistência médica, odontológica, psicológica, nutricional e outras”, argumenta Irajá no parecer.

SUS falha ao tratar fenilcetonúria, aponta debate

Em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), médicos e familiares de doentes de fenilcetonúria apresentaram as dificuldades da rede pública de saúde para detectar precocemente e tratar a doença, que não tem cura. Quando o tratamento não é iniciado antes de o bebê completar três semanas de vida, a fenilcetonúria provoca retardo mental grave, convulsões e hiperatividade.

A fenilcetonúria é uma doença rara, que afeta 1 a cada 10 mil pessoas. A nutricionista Monique Poubé explicou que, quando não é tratada adequadamente, pode inclusive provocar microcefalia e autismo.

O neurologista infantil André Pessoa afirmou que é preciso aprovar com urgência uma terapia que vem sendo utilizada nos Estados Unidos desde 2018, baseada na reposição da enzima pegvaliase.

Segundo ele, mesmo indivíduos tratados com a terapia convencional desenvolverão problemas cerebrais, como incapacidade de realizar funções de automonitoramento, estimativa de tempo e controle de impulsos.

Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Alessandra Soares relatou a fiscalização de fábricas de formulações alimentares especiais destinadas aos portadores de várias doenças metabólicas:

Segundo a coordenadora substituta do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde, Luciana Costa Xavier, somente em 2018 o governo federal forneceu 16 toneladas de fórmulas de aminoácidos isentas de fenilalanina para 1,9 mil pacientes maiores de 1 ano e 370 quilos para 150 pacientes recém-nascidos.



Alessandra Soares, da Anvisa, fala em audiência conduzida por Romário

Venda de acessórios para fumo pode ser proibida a menores

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou parecer a favor do projeto que proíbe a venda para crianças e adolescentes de acessórios ligados ao fumo, como narguilés, cachimbos, piteiras e papeis para enrolar cigarro (PLC 104/2018). A proposta é do deputado Antonio Bulhões (PRB-SP) e segue agora para análise do Plenário.

Em maio, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou o substitutivo do relator, senador Nelsinho Trad (PSD-MS), que, além de proibir a venda dos acessórios usados para o consumo de produtos fumígenos, estabeleceu pena de detenção de dois a quatro anos e multa entre R\$ 3 mil e R\$ 10 mil, ficando o estabelecimento comercial interditado até o pagamento. Para isso, propôs alterar os artigos 243 e 258 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA — Lei 8.069, de 1990).

Na CCJ, o relator, senador

José Serra (PSDB-SP), emitiu parecer favorável ao projeto e ressaltou a importância da atuação do poder público para proteger crianças e adolescentes dos malefícios causados pelo fumo, devido à vulnerabilidade social dos indivíduos nessa faixa etária.

Segundo ele, se a lei já proíbe a venda de produtos fumígenos a crianças e adolescentes, faz todo sentido estender a vedação a acessórios e insumos do tabagismo.

“É um imperativo constitucional que o poder público adote medidas no sentido de proteger crianças e adolescentes dos riscos associados ao fumo. No caso da adolescência, as típicas instabilidades e necessidades de afirmação, bem como as formas e processos de socialização que marcam esse estágio de desenvolvimento do ser humano, tornam o indivíduo mais suscetível à iniciação no fumo”, argumenta na justificativa.

Avança restrição na internet de conteúdo sobre automedicação

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem substitutivo a um projeto que restringe a publicação de conteúdos sobre automedicação na internet. O PL 723/2019 determina que colunas, artigos ou reportagens que possam induzir à automedicação devem vir acompanhados de advertências e recomendações para consulta a um profissional competente. Em caso de descumprimento, o responsável pelo conteúdo poderá ser punido nos termos do Marco Civil da Internet (Lei 12.965, de 2014). O texto seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), após passar por turno suplementar de votação na CAS.

“Está muito em voga o chamado ‘Doutor Google’, aonde pessoas vão atrás de

informações sobre saúde, incluindo diagnóstico e tratamentos. O lado negativo desse fenômeno é de resultados imprevisíveis. O leigo, ainda que muito inteligente e muito competente em sua própria área de atuação, não terá a bagagem do profissional, nem seu discernimento”, alerta o autor, Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), na justificativa do projeto.

O substitutivo da senadora Soraya Thronicke (PSL-MS), lido pelo senador Flávio Arns (Rede-PR), pondera que medidas de controle que envolvam a restrição da circulação de informações devem ser avaliadas com cautela, para que não incorram em censura. Ela alterou o texto para prever a retirada da publicação apenas com determinação judicial.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Luciana Rodrigues
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Convidados criticam atual política ambiental

Participantes de audiência na Comissão sobre Mudanças Climáticas discutiram a regulamentação do Acordo de Paris e a Convenção sobre Mudança Climática (COP-25)

NO BRASIL, A legislação ambiental vem sofrendo ataques que causam o aumento do desmatamento, a ocupação desordenada de áreas de proteção e a impunidade dos infratores.

A afirmação foi feita ontem pelo ex-ministro do Meio Ambiente e atual secretário do Meio Ambiente do Distrito Federal, Sarney Filho, em audiência na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC).

Como exemplo, ele citou o Decreto 10.084, de 2019, que revogou o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar e a determinação para que o Conselho Monetário Nacional fixe normas para o financiamento ao setor sucroalcooleiro.

— Na prática, isso significa uma permissão implícita ao desmatamento da Amazônia e do Pantanal. É uma temeridade que vai se refletir nos compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Paris — alertou.

No Brasil, ressaltou Sarney Filho, o principal emissor de gases do efeito estufa é o desmatamento, não só na Amazônia, mas em outros biomas.

— O desmatamento na Amazônia tem relação direta com o aumento das emissões. Vivemos desastres ambientais intensos, com secas em períodos normalmente chuvosos,

desmoronamentos, inundações súbitas e violentas que estão levando ao comprometimento da segurança hídrica do país.

A audiência discutiu a regulamentação do Acordo de Paris (de redução do aquecimento global, a vigorar a partir de 2020) e a participação brasileira na Convenção sobre Mudança Climática (COP-25), a ser realizada em Madri entre 2 e 13 de dezembro.

O coordenador de Comunicação da rede de ONGs Observatório do Clima, Cláudio Ângelo, disse que há um abandono deliberado das políticas ambientais, o que vem gerando a perda de confiança no Brasil em âmbito internacional. Ele criticou a ação de autoridades do setor que, contraditoriamente, não reconhecem a existência das

mudanças climáticas.

— Isso é preocupante para um país que, até recentemente, era conhecido pela postura extremamente avançada na área de clima, apesar dos nossos problemas.

Painéis solares

Representante da embaixada da Polônia no Brasil, Marta Olkowska disse que as políticas ecológicas devem estar “na casa das pessoas, e não só nos documentos e tratados internacionais”, e defendeu a oferta de financiamento público para a instalação de painéis solares residenciais.

Segundo Marta, “um simples documento como o Acordo de Paris” não será capaz de salvar o mundo se não houver o engajamento de todos os países. Ela defendeu uma aliança global e afirmou que

os parlamentos precisam se esforçar para criar políticas que consigam conjugar o interesse do agronegócio e da mineração com o bem-estar do planeta.

Já o representante da embaixada do Chile, Diego Araya, ressaltou que as mudanças climáticas “são um fato real, palpável, com evidência científica, e não uma coisa de ideologia”. O Chile, afirmou, é responsável por 0,25% da emissão dos gases do efeito estufa, mas está entre os dez países mais afetados pelas alterações do clima.

— A resposta às mudanças climáticas tem que ser coletiva e com todos os setores envolvidos. E a COP-25 é crucial, tendo em vista a entrada em vigor do Acordo de Paris em 2020 — afirmou.

Já o representante do Minis-

tério das Relações Exteriores, Marco Túlio Scarpelli Cabral, lembrou que está pendente a regulamentação do artigo do Acordo de Paris sobre o mercado de carbono.

— A principal preocupação do Brasil é que haja regras que garantam contabilidade bastante rigorosa no comércio de emissões. O acordo dá margem para interpretações. É necessário haver uma regulamentação precisa e rigorosa. Caso contrário, o risco de distorções e abusos será muito grande.

Sobre as metas brasileiras, Cabral disse que será necessário “um esforço nacional muito grande”.

O Brasil assumiu perante a Organização das Nações Unidas (ONU) o compromisso de chegar a 2025 com as suas emissões de gases de efeito estufa 37% abaixo dos níveis de 2005, e de 43% em 2030.

Contraponto

O representante do Ministério da Agricultura, Elvison Nunes, informou que 53% dos municípios brasileiros já praticam agricultura de baixo carbono e que o país investiu mais de R\$ 19 bilhões desde 2010 na adoção de novas tecnologias para a redução das emissões. Como desafio, Nunes apontou a recuperação de pastagens degradadas.



Entre Marco Túlio Scarpelli e Edilázio Júnior, Sarney Filho fala em debate na comissão sobre mudança do clima

Medida provisória moderniza crédito rural, afirmam debatedores

Em audiência da comissão mista que analisa a medida provisória sobre regras para o crédito e o financiamento de dívidas de produtores rurais (MP 897/2019), especialistas ligados ao setor apoiaram as medidas de modernização da Cédula do Produtor Rural (CPR). Apesar das ressalvas quanto à possibilidade de insegurança jurídica em relação aos novos mecanismos de negociação, eles disseram esperar que o aumento da competição no crédito

reduza o custo do financiamento para o setor. A CPR é um título que representa a promessa de entrega de um produto agropecuário e sua venda estimula a produção por meio de antecipação do crédito.

O representante do Ministério da Agricultura, José Ângelo Mazzillo Junior, afirmou que a reforma da CPR dará oportunidade de maior competição e aumentará a confiança dos agentes privados. Ele ressaltou que

o volume de transações do agronegócio há muito não cabe no sistema financeiro oficial, apesar do interesse em investimento num setor que remunera bem.

— O governo quer ver o potencial se traduzir em receita e em benefícios para a sociedade brasileira. Temos que tratar de forma técnica — afirmou, sugerindo que a CPR deve ir além dos produtos agropecuários e financiar produtos industriais correlatos.

O subsecretário de Política Agrícola do Ministério da Economia, Rogério Boueri, classificou a CPR como grande passo para uma economia “mais privada e menos estatal”, mas entende que a emissão indistinta de CPR em dólar, sem chancela dos órgãos envolvidos, pode ser muito prejudicial aos negócios.

— Mas nada disso funciona sem a decisão parlamentar. A bola está com o Parlamento — afirmou Boueri.

Instalada comissão da MP que transfere terras da União para estados

O senador Lucas Barreto (PSD-AP) foi eleito ontem presidente da comissão mista que analisará a medida provisória sobre a transferência de terras da União para Roraima e Amapá (MP 901/2019). O vice-presidente e o relator serão os deputados Gutemberg Reis (MDB-RJ) e Edio Lopes (PL-RR). O senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR), será o relator-revisor.

— Queremos com essa medida provisória legalizar e

resolver essa questão. E que o povo de Roraima e do Amapá possa ter direito às terras para produzir e gerar emprego e renda — ressaltou Mecias.

Logo após a instalação da comissão, Lopes pediu a realização de uma audiência em Roraima, prevista para quinta-feira da semana que vem, e ressaltou que o tema é de extrema importância para o estado.

— Mais de 70% da base territorial do estado de Ro-

raima ou é terra indígena ou é reserva ambiental ou área de ocupação das Forças Armadas. Então não podemos perder a oportunidade de pacificar essa questão — explicou o relator.

Macapá

Também estão previstas audiências em Macapá e no Congresso, com representantes do Incra, da Secretaria de Patrimônio da União, dos órgãos fundiários de Roraima e do Amapá e de organizações

ambientais e de trabalhadores.

A doação das terras já estava prevista nas Leis 10.304, de 2001, e 11.949, de 2009, mas não ocorreu por dificuldade na comprovação da titularidade dos terrenos.

A medida provisória, de acordo com o governo, simplifica as exigências para a comprovação de propriedade das terras e resguarda os direitos adquiridos de beneficiários de títulos expedidos pela União sem registros cartoriais.

Tecnologia pode preservar meio ambiente, dizem especialistas

A Comissão Senado do Futuro recebeu ontem especialistas para uma audiência pública sobre a tecnologia aplicada à preservação ambiental. O professor Antonio Brasil Junior, da Universidade de Brasília (UnB), e o representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, Daniel Lage Chang, falaram sobre a importância da pesquisa e da tecnologia para a preservação do meio ambiente.

Daniel Chang citou as pesquisas sobre veículos movidos a energia solar, enquanto Antonio Brasil disse que, além do desenvolvimento de equipamentos, é fundamental a formação de pesquisadores e cientistas, por meio de mestradados e doutorados.

Presidente da comissão, Mecias de Jesus (Republicanos-RR) disse que é preciso reconhecer atividades econômicas como o garimpo, pois, a seu ver, a repressão à extração ilegal não funciona.

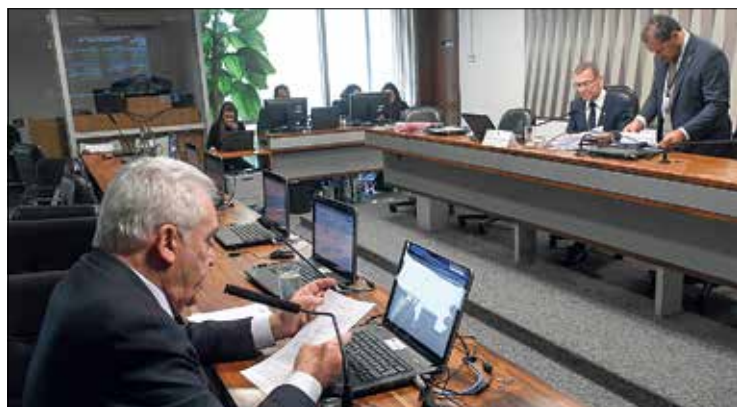
Segue ao Plenário política contra desperdício de água

Projeto aprovado na Comissão de Meio Ambiente estabelece normas de combate a perdas e prioriza a destinação de recursos do governo, por meio de convênios, a cidades que aderirem a programa nacional

A COMISSÃO DE Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem, em votação simbólica, relatório favorável do senador Otto Alencar (PSD-BA) ao projeto de lei que estabelece a Política Nacional de Racionalização e Combate ao Desperdício da Água. O PLC 70/2018 segue agora para votação no Plenário. A reunião foi conduzida pelo presidente da comissão, Fabiano Contarato (Rede-ES).

A proposta prioriza a destinação de recursos do governo federal, por meio de convênios e contratos, para cidades que aderirem ao Programa Nacional de Combate ao Desperdício da Água, gerido pelo Ministério das Cidades, e ao Plano Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433, de 1997). Esses convênios tornam possível a instalação de equipamentos de controle do uso da água em prédios comerciais, escolas públicas ou privadas, clubes, hotéis e motéis.

Entre os equipamentos a serem usados, estão torneiras, privadas e chuveiros com desligamento automático, privadas com volume de descarga reduzido e torneiras com acionamento restrito nas áreas externas. Também fica



Otto Alencar apresenta relatório em reunião conduzida por Contarato

prevista a captação, nos edifícios, de água das chuvas para regar jardins e lavar veículos, calçadas e pisos.

A proposta também prevê campanhas de conscientização para evitar o desperdício de água e ações visando ao uso eficiente em sistemas de saneamento ambiental, inclusive pelos consumidores, segundo uma visão integrada de uso desses recursos.

Inovação

O texto já havia sido aprovado em junho pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), com relatoria também de Otto. Ele considera a medida uma “salutar inovação” no orde-

namento jurídico brasileiro.

“É uma política pública de notória importância em face do que dispõe o artigo 225 da Constituição federal, que assegura o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”, pondera no relatório.

Escassez

Ao ler o documento na CMA, Otto Alencar registrou que o Brasil tem em torno de 12% da água doce do planeta. Entretanto, acrescentou, 80% da água brasileira está na região amazônica, que concentra apenas 5% da população do país. Já nas Regiões Nordeste e Sudeste a escassez de água tornou-se comum e acaba por limitar o desenvolvimento econômico e social.

Colegiado aprova projeto que proíbe a eliminação de animais

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto que proíbe a eliminação de cães e gatos pelos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres. O PLC 17/2017 recebeu parecer favorável da relatora, senadora Soraya Thronicke (PSL-MS), que inseriu no texto emenda do senador Telmário Mota (Pros-RR) para incluir as aves. O texto segue para o Plenário.

A intenção do projeto é incentivar a adoção dos animais por meio de convênios do setor público com entidades de proteção animal e outras organizações não governamentais. A eliminação só seria aceita caso os cães e gatos apresentassem doenças graves ou infecciosas incuráveis, comprovada, por laudo téc-

nico, a existência de risco à saúde humana e à de outros animais. Nessas hipóteses, as entidades de proteção animal deverão ter acesso irrestrito à documentação que comprove a legalidade da eutanásia.

A proposta prevê ainda que o controle da natalidade de cães e gatos no Brasil seja feito por esterilização cirúrgica após a realização de levantamento em localidades e regiões que apontem para a existência de superpopulação. Esse procedimento deverá ser feito exclusivamente por médico-veterinário.

Se aprovada a proposta, o descumprimento das regras sujeitará o infrator às penalidades previstas na Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605, de 1998). Se virar lei, o texto entrará em vigor 120 dias após sua publicação.



Emenda de Telmário Mota foi incluída pela relatora, Soraya Thronicke



Debate: cobrança de energia solar pode parar setor

Em debate sobre desafios e oportunidades de novas tecnologias para a produção de energia limpa, o presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), Rodrigo Sauaia, disse ontem na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) que o setor pode parar de crescer no país, caso vingue a intenção da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de cobrar os consumidores pela energia injetada na rede com geração distribuída. A mudança pode gerar aumento de custos em 60% para consumidores, alertou Sauaia.

O presidente da CCT, Vanderlan Cardoso (PP-GO), afirmou que recebe diariamente demandas de consumidores

preocupados com a possibilidade de cobrança. De acordo com o senador, é preciso que o Parlamento intervenha no debate.

O representante da Aneel, Christiano Vieira, defendeu a revisão da política de incentivo para a energia solar. Segundo ele, a questão ainda vem sendo discutida “com todos os atores interessados” e a intenção é que setor também arque com os custos estruturais na rede de distribuição.

Kátia Abreu (PDT-TO), que conduziu o debate, disse que espera fechar uma proposta unificada de incentivo a todas as fontes renováveis, como uma proposta da CCT, e a partir daí estabelecer pontes de diálogo com o governo federal.

De acordo com a senadora, nas últimas décadas o país cometeu um erro ao optar menos pela construção de reservatórios para energia hidrelétrica.

O presidente da Associação Brasileira de Pequenas Centrais Hidrelétricas e de Centrais Geradoras Hidrelétricas (AbraPCH), Paulo Arbex, afirmou que a participação do setor hidrelétrico na geração de energia no Brasil caiu de 95% para 75% nos últimos 20 anos, gerando desindustrialização, aumento de custos aos consumidores e mais poluição. Para ele, o Estado brasileiro tem se rendido a lobby de uma feroz disputa por mercado, com a participação de ONGs estrangeiras, que estariam contribuindo para uma cultura de “demonização” dos investimentos em hidrelétricas.

— As opções do Estado brasileiro nos últimos 20 anos pioraram demais as coisas para os consumidores e o setor produtivo. Em 1999, o Brasil tinha a energia mais barata do mundo. Hoje é a quarta mais cara, caminhando rapidamente para tornar-se a terceira mais cara, passando a Turquia.

Alfabetizar adultos é prioridade de programa para o Nordeste

Aumentar a taxa de alfabetização de pessoas maiores de 15 anos dos atuais 85,5% para 90% até 2023, é o objetivo do programa Analfabetismo Zero, que faz parte do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), debatido ontem na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR).

Segundo o representante da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Renato Oliveira, outro projeto considerado fundamental no PRDNE é a interligação de regiões geográficas intermediárias por cabo óptico para levar serviços de tecnologia, como internet de alta velocidade.

São 48 regiões consideradas intermediárias, de acordo com levantamento do IBGE. Dessas, nove são polarizadas pelas capitais da região. Outros 51 municípios são prioritários no plano, que terá vigência de 2020 a 2023 e tramitará juntamente com o Plano Plurianual (PPA).

Oliveira destacou que, ape-

sar da defasagem da região em aspectos de desenvolvimento quando comparada ao restante do país, o Nordeste tem grande potencial em energia limpa e renovável e em turismo, por exemplo. O PRDNE prevê ações para a exploração desses recursos.

O projeto de lei do governo que cria o plano chegou ao Congresso na terça-feira e começa a tramitar na Câmara dos Deputados.

De acordo com a representante do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Franciele Garcia, o principal eixo da proposta é o da inovação para o crescimento sustentável e inclusivo do Nordeste.

— O desafio é atrair empresas que introduzirão novas tecnologias, como a internet das coisas, a internet 4.0. É um capital intelectual que supera muitas vezes os desafios regionais e propõe soluções para outras áreas e até para fora do Brasil. É preciso valorizar o empreendedorismo nascente em forma, por exemplo, de startups — disse.



Kátia Abreu, que dirigiu o debate, quer incentivar as fontes renováveis